

A COMUNICAÇÃO DA CIÊNCIA COMO OBJETO DE FRONTEIRA NO ESTUDO DO TRABALHO JORNALÍSTICO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DA AMAZÔNIA LEGAL*^{1 2}

Maiara Sobral Silva
Adriana C. Omena Santos
Janaína Miranda Muradás Amorim

Introdução

A pesquisa visa a discussão do trabalho jornalístico no processo de divulgação científica realizado pelos Institutos Federais da Amazônia Legal e seus efeitos na comunicação da ciência desenvolvida nessas instituições. A escolha dessa região é motivada, especialmente, por dois fatores: distanciamento dos grandes centros brasileiros, sendo a residência da pesquisadora, e pela ausência de trabalhos sobre a atuação do jornalista na divulgação científica nessa região, em especial contemplando os Institutos Federais (IF's) na Amazônia Legal do país. A Amazônia Legal brasileira é composta pelos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. O motivo de estudar as instituições dessa região se dá pelas suas particularidades: os desafios da divulgação científica nessa região podem sofrer impactos das “especificidades oriundas de sua geografia, de seu povo, de sua cultura e de seus processos históricos que são regionais e, concomitantemente, globais” (Silva; Mascarenhas, 2018, p. 203).

Nesse sentido, apresenta-se aqui um objeto de fronteira, seja porque a comunicação da ciência enquanto objeto de estudo possui interface com todas as áreas de conhecimento, seja porque a pesquisa busca, ainda, a interface entre a divulgação científica na região Amazônica e o trabalho precarizado ou não do jornalista. Assim, a proposta pode ser caracterizada como um objeto de fronteira, ao buscar mesclar áreas como Políticas Públicas, Comunicação da Ciência, Sociologia da Ciência e Educação. Para tanto, é preciso compreender que, pela semelhança das práticas, por muitas vezes o trabalho do jornalista na assessoria de comunicação de uma instituição de ensino superior pode ser considerado como de divulgação científica ou, ao menos, parte de seu trabalho deveria ser voltado para a divulgação da ciência, porém os objetivos dessas atividades são diferentes, principalmente considerando-se as especificidades da divulgação científica e da comunicação pública da ciência.

* DOI - 10.29388/978-65-6070-061-1-0-f.105-116

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente e nos anais, do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Trabalho desenvolvido com recursos do CNPq e FAPEMIG e inserido no grupo de pesquisa CNPq - Comunicação Pública da Ciência, Tecnologias e Educação – CPCienTE junto à Universidade Federal de Uberlândia.

Comunicação da Ciência como objeto de fronteira

Considerando a interface entre os campos contemplados na pesquisa (políticas públicas, comunicação, divulgação científica, trabalho), cabem as considerações de Campos (2018, p. 478) ao afirmar que:

[...] objetos de fronteira podem ser definidos como entidades, com diferentes significados para pessoas de diferentes comunidades, mas que, em seu uso, fornecem uma linguagem comum para que essas pessoas possam interagir umas com as outras [...].

O estudo dessas fronteiras entre as diferentes áreas pretende apresentar múltiplos olhares quanto ao trabalho de divulgação científica no âmbito dos Institutos Federais da região Amazônia Brasileira e quanto à atuação do jornalista nessas atividades, tendo como ponto de partida a (não) precarização do trabalho jornalístico.

Cabe destacar, neste contexto, que por mais que o objeto seja comum a diferentes áreas, não é necessário existir uma única visão sobre esse tema, como ressaltam Martini e Filippi (2022, p. 73, tradução nossa) ao afirmarem que: “objetos de fronteira constituem um conjunto de arranjos de trabalho que permitem que diferentes comunidades de prática realizem uma tarefa colaborativa sem a necessidade de consenso³”.

Assim, é preciso compreender que a plasticidade do objeto de fronteira permite que ele se adapte conforme a comunidade e o uso que essa faz dele:

Nesse sentido, os objetos fronteirços são caracterizados por sua plasticidade para se adaptar às necessidades locais e às limitações impostas a eles no uso. Mas também têm uma natureza robusta que garante uma identidade comum a todos os locais por onde passam. Seu suporte como objetos de fronteira implica uma multiplicidade de práticas de ajuste, que cada comunidade realiza de acordo com suas necessidades⁴ (Martini; Filippi, 2022, p. 74, tradução nossa).

O conceito de CPC é apresentado por Daza-Caicedo (2013), que ao estudar a Comunicação da Ciência a considera a como sinônimo do conceito de Apropriação Social da Ciência e Tecnologia (ASCyT), que é utilizada para três propósitos:

[...] a) como formas de nomear atividades como as realizadas em museus, feiras e semanas científicas, comunicação científica em meios de comunicação de massa, atividades educacionais não-formais e informais em ciência e tecnologia, entre outros. b) Como um conceito de pesquisa acadêmica que lida com as diferentes

³ Texto original: “[...] los objetos frontera constituyen un conjunto de arreglos de trabajo que permiten a distintas comunidades de prácticas realizar una tarea colaborativa sin necesidad de consenso”.

⁴ Texto original: “En este sentido, los objetos frontera se caracterizan por su plasticidad para adaptarse a las necesidades locales y a las limitaciones que se les imponen en el uso. Pero, también poseen una naturaleza robusta que asegura una identidad común a través de los lugares por los que transitan. Su sostenimiento como objetos frontera implica una multiplicidad de prácticas de ajustes, que cada comunidad realiza en función de sus necesidades”.

maneiras pelas quais a ciência e a sociedade estão relacionadas. Grande parte desta pesquisa centra-se na análise das relações que ocorrem entre especialistas e não especialistas; esses trabalhos podem estar localizados em diferentes posições teóricas. c) No campo das políticas de ciência e tecnologia, com programas que buscam encorajar o desenvolvimento de atividades, pesquisa e avaliação dessas questões⁴ (Daza-Caicedo, 2013, p. 51, tradução nossa⁵).

Desta forma, percebe-se que o objeto de fronteira não se adapta conforme o seu local de estudo, mas pode ser estudado por diferentes perspectivas e comunidades o que leva, por sua vez, a uma falta de consenso (D’Almeida; Campos, 2021). Exatamente devido aos diferentes olhares, advindos de diferentes áreas, os autores afirmam que:

Não se trata de estabelecer uma visão consensual, que sirva de intermediação para diversos pontos de vista, mas sim sobre pontes entre as representações expressas pelas linguagens envolvidas em determinado contexto interdisciplinar, que podem ser estabelecidas a partir da identificação dos objetos de fronteira, ou seja, da identificação dos objetos que são alvo de trabalho cooperativo entre pelo menos duas comunidades (D’Almeida; Campos, 2021, p. 7).

Nesse sentido, o objeto de fronteira está em intersecção entre duas ou mais áreas de conhecimento e/ou comunidades, sem a necessidade de consenso entre esses participantes. Por esse motivo não versamos aqui sobre um “lugar de tranquilidade” conceitual ou epistemológica, pois, como espaço de fronteira, pode ou não estar sob pressão e disputa. Com essa perspectiva, a divulgação científica encontra-se também neste lugar, visto que intersecciona diferentes áreas e diferentes grupos de interesse, em razão dessas fronteiras, em que pode ser identificada uma tensão entre os atores envolvidos, pois cada um possui olhar e atuação diferentes com relação ao processo de divulgação/comunicação da ciência.

Foi possível perceber, durante o levantamento bibliográfico para a pesquisa, que, por muito tempo, em razão da soberania do paradigma dominante sobre os demais, não foi possível superar essas fronteiras, visto que nesse modelo existe uma hierarquia entre os saberes. Então com a iminência do paradigma emergente na ciência, vale destacar que essas fronteiras estão cada vez mais interconectadas e mescladas, como pontua Santos (2018, p. 59) quando afirma que:

Os fatos observados têm vindo a escapar ao regime de isolamento prisional que a ciência os sujeita. Os objetos têm fronteiras cada vez

⁵ Texto original: “a) como maneras de denominar actividades como aquellas que se realizan en museos, ferias y semanas de ciencia, comunicación de la ciencia en medios masivos, actividades de educación no formal e informal en ciencia y tecnología, entre otras. b) Como concepto en investigaciones académicas que versan sobre las diversas maneras en que ciencia y sociedad se relacionan. Buena parte de estas investigaciones se centran en examinar las relaciones que ocurren entre expertos y no-expertos, estos trabajos pueden ubicarse en posturas teóricas disímiles. c) En el terreno de las políticas de ciencia y tecnología, con programas que buscan incentivar el desarrollo de actividades, investigaciones y evaluaciones de estos temas”.

menos definidas; são constituídos por anéis que se entrecruzam em teias complexas com os dois restantes objetos, a tal ponto que os objetos em si são menos reais do que as relações entre eles.

Com essas fronteiras cada vez mais fluidas, confirma-se a percepção de que a comunicação da ciência não está isolada em determinada área ou a uma determinada comunidade, pois trata-se de um objeto comum para diferentes atores e públicos sendo, portanto, inserindo no que o configura efetivamente como um objeto de fronteira. Em razão dessa intersecção, a comunicação da ciência torna-se relacional, ou seja, as relações entre as áreas, comunidades, atores e públicos são mais atrativos do que a comunicação da ciência em si. Assim, ao abordar o trabalho do jornalista e sua relação com a divulgação científica nas instituições estudadas, pretende-se analisar as pontes de contato entre os atores envolvidos nesse processo, em especial nessa especialidade da comunicação ao abordar a divulgação da ciência.

Ao adentrar mais especificamente e de modo conceitual na comunicação da ciência e da divulgação científica, é possível recorrer a Brandão (2007, p. 4) quando afirma que ambas se valem de diferentes instrumentos que “[...] vão de metodologias tradicionais de informação tecnológica para comunidades, técnicos e autoridades até às novas tecnologias que são hoje as grandes responsáveis pela rápida expansão da rede de cientistas e divulgadores”.

Também abordamos na pesquisa o conceito de Comunicação Pública (CP), mais especificamente, a definição adotada será a apresentada pela Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABC Pública) em seu guia, em que Medeiros e Chirnev (2021, p. 10) destacam que a CP é aquela “[...] que assume a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo. Diz respeito ao diálogo, à informação e ao relacionamento cotidiano das instituições públicas com o cidadão”. Medeiros e Chirnev (2021) apontam ainda 12 princípios da CP, quais sejam: garantir acesso amplo à informação; fomentar o diálogo; estimular a participação; promover os direitos e a democracia; combater a desinformação; ouvir a sociedade; focar no cidadão; ser inclusiva e plural; tratar a comunicação como política de Estado; garantir a impessoalidade; pautar-se pela ética; e atuar com eficácia.

A partir desses elementos, os autores destacam que a comunicação pública não é apenas aquela feita por instituições públicas, mas toda aquela voltada ao interesse público. Ainda nesse contexto, cabe destacar, no entanto, que não existe consenso sobre o conceito de CP, pois, como apresenta Brandão (2006), a CP possui interfaces com diferentes ramos da Comunicação — dentre eles: a Comunicação Organizacional; a Comunicação Científica; a Comunicação do Estado e/ou Governamental; a Comunicação Política; e Estratégias de Comunicação da Sociedade Civil Organizada.

É importante destacar, no que diz respeito à divulgação científica e suas relações com a comunicação da ciência e comunicação pública, que com o advento da internet e a popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), e com os

desdobramentos da pandemia de Covid-19⁶, esse processo tem ganhado novos atores, como os próprios pesquisadores, além de novos espaços e contribuições voltados para as preocupações com a ciência, sua divulgação e sua relação com a sociedade em geral.

Em tal contexto, a divulgação científica pode ser compreendida de maneira mais ampla, como uma maneira de tornar acessível não apenas as informações, mas o próprio envolvimento com a ciência, em especial estudos e pesquisas e a inserção desta na vida das pessoas. Desta forma, entendendo que as ações sociais, políticas e institucionais para essa divulgação não podem ser isoladas: é preciso integrar processos, ações e atores, no sentido de viabilizar o acesso da sociedade ao processo científico e não apenas aos resultados. Somente a partir de tal processo é possível a efetivação de uma comunicação pública da ciência como um passo além da divulgação científica, visando o envolvimento da sociedade com a ciência, a tecnologia e a inovação.

O trabalho do jornalista na Divulgação Científica

O mundo do trabalho como um todo vem passando por uma significativa transformação, especialmente em relação à força de trabalho. Anteriormente, a medida do trabalho estava associada a um capital tangível e mensurável. No entanto, no contexto do atual capitalismo contemporâneo, o trabalho, por vezes, não possui mais essa materialidade e não pode ser mensurado de forma única. Nesse cenário, o ser humano ganha uma nova dimensão e responsabilidade, e, como resultado, surge uma nova forma de trabalho: o trabalho imaterial.

O conceito tradicional de trabalho abstrato simples, que por muito tempo foi considerado a fonte de valor desde os tempos de Adam Smith, está sendo substituído pelo trabalho complexo. O trabalho que anteriormente envolvia a produção material, mensurado em unidades de produtos por unidades de tempo, agora é substituído pelo chamado trabalho imaterial, para o qual os padrões clássicos de mensuração não são mais aplicáveis. Essa mudança representa uma transformação significativa na compreensão e avaliação do trabalho na contemporaneidade.

Alguns autores sistematizam a ideia de que se vive, na atualidade, uma crise do modo de produção capitalista fabril e o trabalho, tal como se vê configurado, a partir do saber, do conhecimento e da ciência, não pode mais ser compreendido como produtor de valor e por isso, o trabalho não é mais a categoria principal. André Gorz é um dos autores de destaque dessa proposta do conhecimento enquanto principal força produtiva. Para ele, o conhecimento presente no “saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação”, “formas de um saber vivo adquirido no trânsito cotidiano, que pertencem à cultura do

⁶ O coronavírus (Covid-19) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. A pandemia foi declarada em 11 de março de 2020. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos da doença em vários países e regiões do mundo. Até o presente momento, no Brasil, existem 34.868.153 casos confirmados e 688.487 óbitos. Vale destacar que o enfrentamento do governo brasileiro à pandemia foi marcado por troca de gestores, demora para reagir ao surto e disseminação de desinformações.

cotidiano”, (GORZ, 2005, p.9), representam o tipo conhecimento valorizado hoje pelo capital e que não pode, diferentemente do saber formalizado, ser separado do empregado.

De acordo com Silva (2016), esse conhecimento pode ser identificado, por exemplo, na administração do trabalho pelo próprio trabalhador, que coordena todas as habilidades adquiridas em sua vida na execução desta atividade. Diferentemente do capital do conhecimento, há muito utilizado pelo capitalismo na transformação de conhecimento humano em trabalho morto nas indústrias e empresas, o trabalhador aplica, de acordo com Gorz, não mais apenas o conhecimento necessário para a produção. Quando entrega as singularidades que dele não podem ser dissociadas, entrega-se como um prestador de serviços. Por isso, segundo a autora, para Gorz, o trabalho,

[...] tomado como substância de valor comum a todas as mercadorias, deixa de ser mensurável em unidades de tempo. Os fatores que determinam a criação de valor são o ‘componente comportamental’ e a motivação, e não o tempo de trabalho dispendido. São esses fatores que as empresas entendem como o seu ‘capital humano’ (Gorz, 2005, p.9).

A autora ressalta que apesar desta visão quantitativista de Gorz acerca da concepção marxiana de valor de troca das mercadorias e de sua supervalorização do conhecimento como novo produtor de riqueza, o autor realiza teorizações importantes para compreender o que de fato são as características humanas absorvidas pelo mercado. Por esse motivo, e apesar das ressalvas acerca da descentralização do trabalho promovidas por ele, sua concepção de trabalho imaterial é de grande utilidade para compreender os trabalhos na área de comunicação.

As regras e normas para a execução do trabalho jornalístico, por exemplo, exigem um aprendizado sistematizado deste profissional, demandado principalmente pela necessidade de produzir conteúdo noticiosos imparciais. Mas esta profissão está intrinsecamente relacionada à utilização dos saberes humanos e cotidianos como ferramentas de produção. O saber do jornalista, sua sensibilidade para os fatos e acontecimentos não podem ser formalizados e dele separados para a mecanização de sua atividade. Mas o produto desta mesma atividade, apropriado pelas grandes empresas de comunicação, tornou-se uma mercadoria. As informações produzidas por esses prestadores de serviços, a partir de seus saberes e características não substituíveis, estão submetidas às lógicas de produção direta ou indiretamente.

Assim, o trabalho do jornalista está inserido nessa divisão de modelos, pois envolve uma produção não palpável, não resultando em materiais físicos, mas sim em informações e conhecimento, caracterizando-o como um trabalho imaterial. Nesse contexto, Silva (2016, p. 9-10) enfatiza que:

Ainda que o trabalho imaterial do jornalista, os trabalhos relacionados à comunicação social e outros conhecidos como trabalhos intelectuais não caracterizem a transformação da natureza

ou a satisfação de necessidades vitais do homem, partimos do pressuposto de que a demanda por informação e diversos tipos de conhecimento representam uma das tantas outras exigências da vida humana nas novas configurações da sociedade.

Na atual configuração social, o papel do jornalista é de mediador dos fatos, construindo narrativas com base em pesquisas e fontes, e o resultado de seu trabalho não possui materialidade. Nessa mesma perspectiva, o trabalho do jornalista na divulgação científica também é imaterial, como destacado por Silva (2016, p. 13): “tais atividades fazem uso de categorias puramente sociais, como a linguagem, a escrita e a informação, para se tornarem fontes de um conhecimento comum e, por isso, legitimadas pela própria sociedade ao longo da construção histórica da humanidade”.

Ao fazer uso dessas categorias sociais, o jornalista entrega um serviço. Antunes (2018) destaca que na atualidade existe a explosão do novo proletariado de serviços, com novos significados, em especial por conta do advento da internet. Antunes (2018, p. 30, grifos do autor) enfatiza, ainda, que “[...] em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o *crescimento exponencial do novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. Em pleno século XXI”.

Sendo assim, quanto ao trabalho jornalístico, o jornalista não oferece produtos como mercadorias, mas oferece sua força de trabalho como mercadoria, segundo Silva (2016, p. 17):

O trabalhador oferecer sua força de trabalho como uma mercadoria caracteriza, então, a época capitalista. Essa força de trabalho é uma das coisas compradas pelo capitalista no mercado para que seja colocada em um processo de produção com as outras coisas. Se antes o homem realizava na matéria natural seu objetivo, apropriava-se e transformava a natureza para satisfazer suas necessidades e produzir valores de uso, agora, sua força de trabalho é consumida pelo capitalista no processo de produção também enquanto valor de uso. Esse trabalho é compulsório, não é voluntário. Isso quer dizer que não somente o resultado do trabalho é estranho ao trabalhador, mas também o ato de produzi-lo.

Nesse sentido, ao oferecer sua força de trabalho, evidencia-se que “o saber se tornou a mais importante fonte de criação de valor, uma vez que está na base da inovação, da comunicação e da auto-organização criativa e continuamente renovada (Antunes, 2018, p. 81).

Além da imaterialidade do trabalho, a pesquisa vai abordar a formação, a qualidade de vida, a precarização e a desprofissionalização dessa atividade exercida pelo jornalista na divulgação científica, com o objetivo de compreender como essas esferas interferem no trabalho jornalístico para comunicação da ciência dentro dos IF's da Amazônia Legal. Ao falar de formação, será investigado, por meio dos questionários enviados aos jornalistas, se estes cursaram disciplinas específicas sobre comunicação da ciência ou divulgação científica durante sua formação, no intuito de analisar como a (não) formação para tratar da ciência reflete na prática jornalística. Nesse ponto,

acredita-se que a baixa oferta de disciplinas na graduação sobre a ciência afeta a abordagem do jornalista sobre o assunto.

No que tange ao trabalho do jornalista nos Institutos Federais, será questionado o tipo de vínculo empregatício, o tempo de atuação na referida instituição, se o questionado exerce ou não função gratificada/cargo de direção e se o jornalista atua na divulgação científica. Caso ele atue nessa divulgação, deverá responder como atua e qual o fluxo para solicitação desse trabalho. Por fim, nessa parte do questionário será investigada a prioridade do trabalho jornalístico na instituição, a existência ou não de Política de Divulgação Científica e o que o entrevistado entende por divulgação científica.

Já com relação à qualidade de vida, será questionado sobre sua satisfação das expectativas no trabalho na divulgação científica, como as demandas impactam na vida pessoal do entrevistado e qual sua carga horária. Quanto à precarização, o questionário apresenta questionamentos sobre a composição da equipe para atendimento às demandas de divulgação científica, se a formação da equipe enfraquece o trabalho do jornalista na divulgação científica, será investigado também sobre o incentivo destinado à produção de material para divulgação científica, além disso, o questionário traz perguntas sobre a comunidade externa e a comunidade interna no planejamento das atividades de divulgação científica, e para terminar, a pergunta que pretende nortear os achados dessa pesquisa: qual o trabalho de divulgação científica que você faz e qual o trabalho que gostaria de fazer?

Para tratar da desprofissionalização do jornalista dentro das instituições estudadas, será analisado o quadro de jornalistas, a oferta de concursos para essa área, bem como o Decreto nº. 10.185, de 20 de dezembro de 2019, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica seguido de reflexões de possíveis impactos de tais medidas.

Caso esse decreto continue em vigência, a tendência para recomposição do quadro de jornalistas no quadro dos técnicos administrativos dos Institutos Federais (IF's) e das Universidades Federais (UF's) será a terceirização. Nesse sentido, o caminho da precarização passa pela impossibilidade de novos concursos para o cargo de jornalista e de recomposição desse quadro nas instituições, fatores que podem impulsionar a terceirização da área nos IF's e nas UF's, uma das marcas do neoliberalismo presente nos dias de hoje. Essa mudança no regime de trabalho é uma tendência nas últimas décadas, como destaca Antunes e Druck (2015, p. 20-21):

Na recente crise global, a partir de 2007/2008, esse quadro se intensificou ainda mais e nos faz presenciar uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que foi dominante ao longo do século XX, de matriz tayloriana-fordista, e que vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de terceirização, informalidade e precarização, ampliando os mecanismos de extração do sobretrabalho em tempo cada vez menor.

Ainda não é possível confirmar esse processo rumo à terceirização, uma vez que com a mudança no Governo Federal em 2023 surge a possibilidade de revogação do Decreto nº. 10.185, de 20 de dezembro de 2019, mas como lembram Araújo e Pessoa (2023, p. 10): “o desmonte dos direitos sociais do trabalho vem sendo efetuado pelo Estado numa perspectiva neoliberal que avança no Brasil”.

Quanto à precarização do trabalho no serviço público como um todo, é necessário ressaltar que não é recente o fato de que o Estado vem incorporando características do neoliberalismo, visto que desde 1990 com a reforma do Estado, o serviço público, tem ganhado contornos da iniciativa privada, Araújo e Pessoa (2023, p. 18) reforçam: “[...] vê-se a invasão no serviço público de termos como estratégia, gestão, qualidade total, eficácia, produtividade, cliente, produto, marketing, desempenho, performance, competência, excelência, entre muitos outros do mundo empresarial”.

Contudo, a crescente influência da lógica comercial do mundo dos negócios no âmbito público coloca em perigo princípios essenciais que os servidores públicos devem seguir, tais como ética, imparcialidade, tratamento equitativo e a primazia do interesse público. Cabe ressaltar também que a estabilidade garantida pelo concurso público não elimina a precarização do trabalho e o impacto na qualidade de vida do servidor, visto que:

[...] a presença de relações de trabalho deterioradas e conflituosas, o arrocho salarial, a intensificação da carga de trabalho dos servidores, a redução de concursos públicos de servidores técnico-administrativos, a terceirização, entre outros elementos, demonstra a complexidade de uma carreira no serviço público, atravessada pela organização e gestão do trabalho de raiz flexível, porém com procedimentos e metas produtivistas de raiz fordista, que podem promover adoecimento e sofrimento mas também orgulho e realização profissional (Araújo; Pessoa, 2023, p. 20).

Portanto, a partir do contexto exposto é que o presente estudo visa investigar o cenário da atuação jornalista na divulgação científica dos IF's da Amazônia Legal brasileira e quais os impactos dessa atividade na qualidade de vida e na precarização do trabalho dos atores envolvidos.

Percurso metodológico e resultados preliminares

Tendo em vista a proposta apresentada e o objetivo geral da pesquisa é analisar os processos e as relações de trabalho jornalístico na divulgação científica feita pelos Institutos Federais da Amazônia Legal brasileira⁷, são três os objetivos específicos: discutir a divulgação científica e a desinformação como objetos de fronteira, descrever

⁷ Institutos Federais dos estados Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

as relações de trabalho jornalístico na divulgação científica das referidas instituições, e por fim, mapear as iniciativas de divulgação científica nessas instituições.

Assim, diante do contexto apresentado, bem como a partir do breve levantamento teórico preliminar, a pesquisa ora proposta tem como caracterização ser um estudo aplicado, com resultados que podem vir a ser utilizados em curto e em médio prazo; trata-se, também, de uma pesquisa de viés descritivo e documental, por partir de documentos para descrever e analisar uma situação observada (GIL, 1999). Trata-se, ainda, de um estudo qualitativo e comparado, com viés exploratório e entrevistas em campo. Assim, a primeira etapa metodológica da pesquisa tem sido o aprofundamento da revisão bibliográfica em literatura especializada, seguida de levantamento de dados por meio da realização da pesquisa descritivo documental, que trabalhará com dados colhidos da realidade pesquisada.

Somente após a finalização da pesquisa bibliográfica e do levantamento e análise documental, é que serão encaminhados os questionários aos jornalistas das referidas instituições, com o intuito de entender melhor questões relacionadas ao perfil, formação, atuação, qualidade de vida e precarização do trabalho.

Os questionários serão enviados por e-mail aos jornalistas dos nove IF's da região estudada, em média cada instituição possui entre 6 e 8 jornalistas, sendo assim o corpo da pesquisa será entre 36 e 48 profissionais. O questionário contém 30 questões, entre perguntas abertas e fechadas, dividido em cinco seções: perfil, formação, trabalho, qualidade de vida e precarização do trabalho.

De posse de todas as informações acerca do objeto e da amostra/corpus da pesquisa, serão desenvolvidas análises críticas e reflexivas à luz de uma perspectiva histórico-dialética. Por meio da utilização de tal método do conhecimento da realidade, será possível analisar o objeto da pesquisa em suas diferentes dimensões, uma vez que “o materialismo histórico-dialético como possibilidade teórica, isto é, como instrumento lógico de interpretação da realidade contém em sua essencialidade lógica a dialética, e neste sentido aponta um caminho epistemológico para a referida interpretação” (Benite, 2009, p. 3).

Como sinalizado no resumo, os resultados preliminares do levantamento bibliográfico e documental apontam indícios da precarização do trabalho jornalístico, bem como o desconhecimento de especificidades da divulgação científica e da comunicação pública da ciência, por parte dos atores envolvidos nos processos nas instituições inseridas no corpus da amostra.

Considerações finais

A divulgação científica sempre esteve presente nas instituições de ensino e pesquisa, explicitando um dos pressupostos do estudo, o fato de que se espera das instituições governamentais, agência de fomento e instituição de pesquisa, entre elas as universidades e institutos federais que ofereçam cursos superiores e desenvolvam pesquisa científica, que sua produção comunicacional relacionada com a divulgação

científica deva estar em consonância com as diretrizes da Comunicação Pública e voltada para a divulgação e democratização da ciência, .

Soma-se a isso o cenário pandêmico vivido em 2020, em que os fatores de exclusão foram propulsionados, sendo preciso, nesse sentido, identificar as ações dessa divulgação científica nas diferentes regiões, com atenção especial ao norte do país. Levando em consideração as peculiaridades e as particularidades amazônicas, Vasconcelos e Freitas (2012) reforçam que a história da região está relacionada com os sonhos e planos econômicos projetados para ela, que nem sempre foram pensados dentro do seu contexto social, histórico e ambiental.

Desta feita, os autores destacam ainda que por essa falta de contexto, os atores sociais, ou seja, os amazônidas não se reconhecem como sujeitos históricos, incluindo-se nessa situação tanto os cientistas, quanto os jornalistas e a sociedade em geral. Em razão desse não reconhecimento, é necessário inserir os sujeitos amazônidas nos seus processos sociais, históricos e ambientais, entre eles está a divulgação científica. Exatamente nesse ponto reside a problematização da pesquisa ao acompanhar a comunicação da ciência em tal região. Como a pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, os resultados são preliminares, mas já sinalizam um diálogo nos objetivos e mesmo na hipótese da tese de doutoramento em andamento.

Referências

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 19-40, 2015. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, D. DA S. R.; PESSOA, Y. S. R. Q. Trabalho, Pandemia e Serviço Público: a precarização da classe trabalhadora brasileira. **Revista Valore**, [S.l.], v. 8, p. e-8068, jun. 2023. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1420/1135>. Acesso em: 09 ago. 2023.

BENITE, A. M. C. Considerações sobre o enfoque epistemológico do materialismo histórico-dialético na pesquisa educacional. **Revista Iberoamericana de Educación**, Madrid, Espanha, v. 50, n. 4, p. 1–15, set. 2009. Disponível em <https://rieoei.org/RIE/article/view/1887/2913>. Acesso em 2 mar. 2023.

BRANDÃO, E. P. Usos e significados do conceito comunicação pública. In: Núcleo de Pesquisa Relações Públicas e Comunicação Organizacional do Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, **Anais... XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, Brasília, 6. 2006.

BRANDÃO, E. P. Conceito de Comunicação Pública. In: DUARTE, J. (org.). **Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 1–20.

CAMPOS, L. M. Classificação de objetos de fronteira na organização do conhecimento e o

papel das ontologias. **Liinc em Revista**, [s. l.], v. 14, n. 2, [s.p.], 2018. Disponível em <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4314>. Acesso em 13 maio 2022. DOI: 10.18617/liinc.v14i2.4314.

D'ALMEIDA, N. G. S. B.; CAMPOS, L. M. Conceituação de objetos de fronteira: o papel das culturas epistêmicas. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, [s. l.], v. 14, p. 1–24, 2021. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/568>. Acesso em 17 out. 2022

DAZA-CAICEDO, Sandra. La apropiación social de la ciencia ey la tecnologia como un objeto de frontera. In: VOGT, Carlos Alberto et al. **Comunicação, divulgação e Comunicação, divulgação e percepção pública de ciência e tecnologia**. Petrópolis: De Petrus, 2013. p. 49-62. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280559468_La_apropiacion_social_de_la_ciencia_y_la_tecnologia_como_un_objeto_de_frontera. Acesso em: 26 dez. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999

MARTINI, M. Á.; FILIPPI, C. V. Preprints en las ciencias de la vida: objetos frontera, cooperación y estandarización. **Revista CTS**, [s. l.], v. 17, n. 49, p. 69–90, 2022. Disponível em <http://ojs.revistacts.net/index.php/CTS/article/view/262>. Acesso em 6 abr. 2023.

MEDEIROS, A.; CHIRNEV, L. **Guia de comunicação pública**. 1ª ed. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, A. R. P; MASCARENHAS, S. A. N. Implicações do Pensamento Decolonial para a Educação Amazônica. **Revista Multidebates**, Palmas, Tocantins, n. 2, v. 2, p. 202–218, 2018.

SILVA, G. C. **O trabalho imaterial do jornalista: relações de produção, conhecimento e reificação**. 119 f. 2016. Dissertação (Mestre Pós-graduação em Educação) — Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2016. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2016.245>. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/14038>. Acesso em 15 nov. 2022.

VASCONCELOS, E. R.; FREITAS, N. M. S. Amazônia, entre um olhar científico e um olhar amazônica: Pistas para um processo educativo que inicia com as preocupações locais. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, 29, 2012.